

Tortura e espancamento de presos nas manchetes

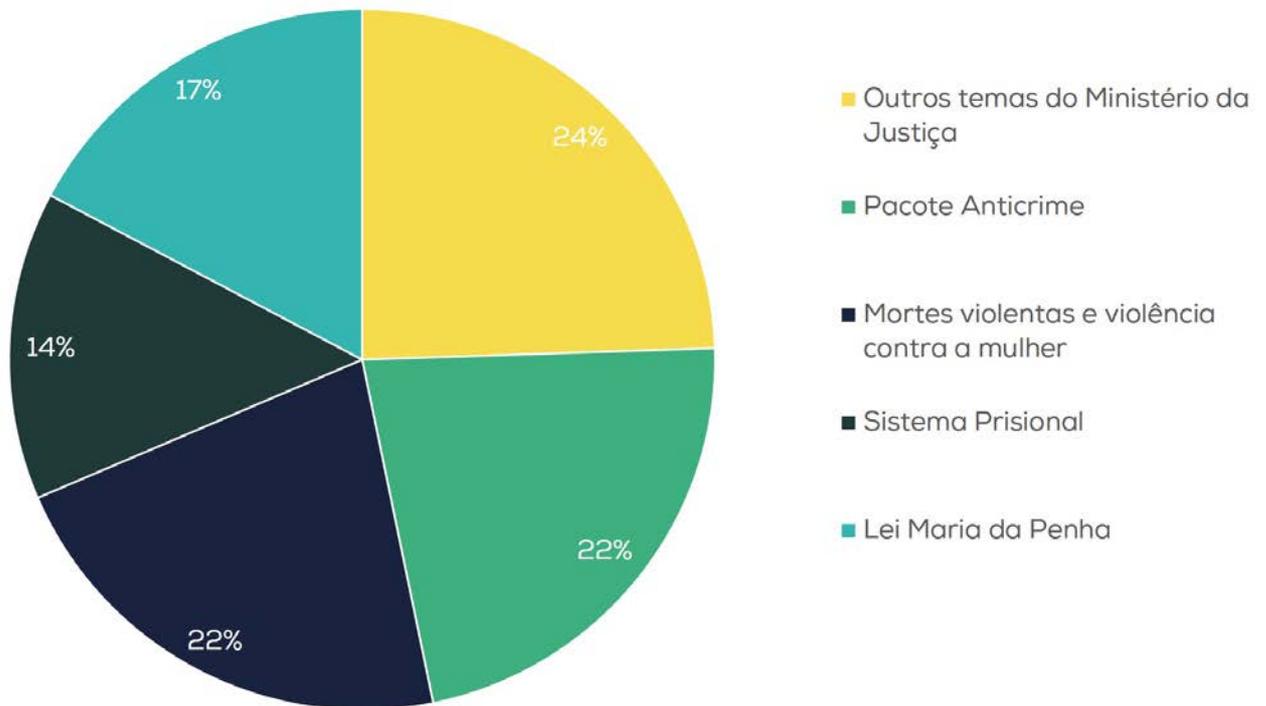
Relatório do MPF no Pará dividiu espaço com anúncio de greve pela PM da Bahia e as mudanças na Lei Maria da Penha

A semana que passou foi repleta de fatos importantes para a área de segurança pública, dos quais podemos destacar o anúncio de greve pela PM da Bahia, as denúncias de tortura no sistema prisional do Pará sob intervenção federal e as mudanças na Lei Maria da Penha.

Na quarta-feira (9/10), surgiram diversas notícias sobre tortura em unidades prisionais do Pará. As reportagens eram baseadas em documento assinado por 17 dos 28 procuradores do Ministério Público Federal no estado e suas denúncias estavam ancoradas em relatos de presos, familiares de presos, advogados e funcionários do sistema penitenciário estadual, indicando que os fatos teriam sido promovidos por agentes da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) e, portanto, sob responsabilidade federal.

Vale lembrar que o enfrentamento às organizações criminosas é uma das grandes bandeiras do ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro. Na segunda-feira (7/10), o ministro havia visitado o Pará para acompanhar o andamento da FTIP, no estado desde julho, e o programa *Em Frente Brasil*, desenvolvido em Ananindeua, na região metropolitana de Belém. Outros órgãos e autoridades, como o Departamento Penitenciário Nacional, integrantes do Ministério Público do Pará, o ministro Moro e o governador paraense Helder Barbalho, se manifestaram no sentido de não reconhecer a veracidade das denúncias feitas pelo documento do MPF.

Principais assuntos na mídia, entre 07/10 e 13/10

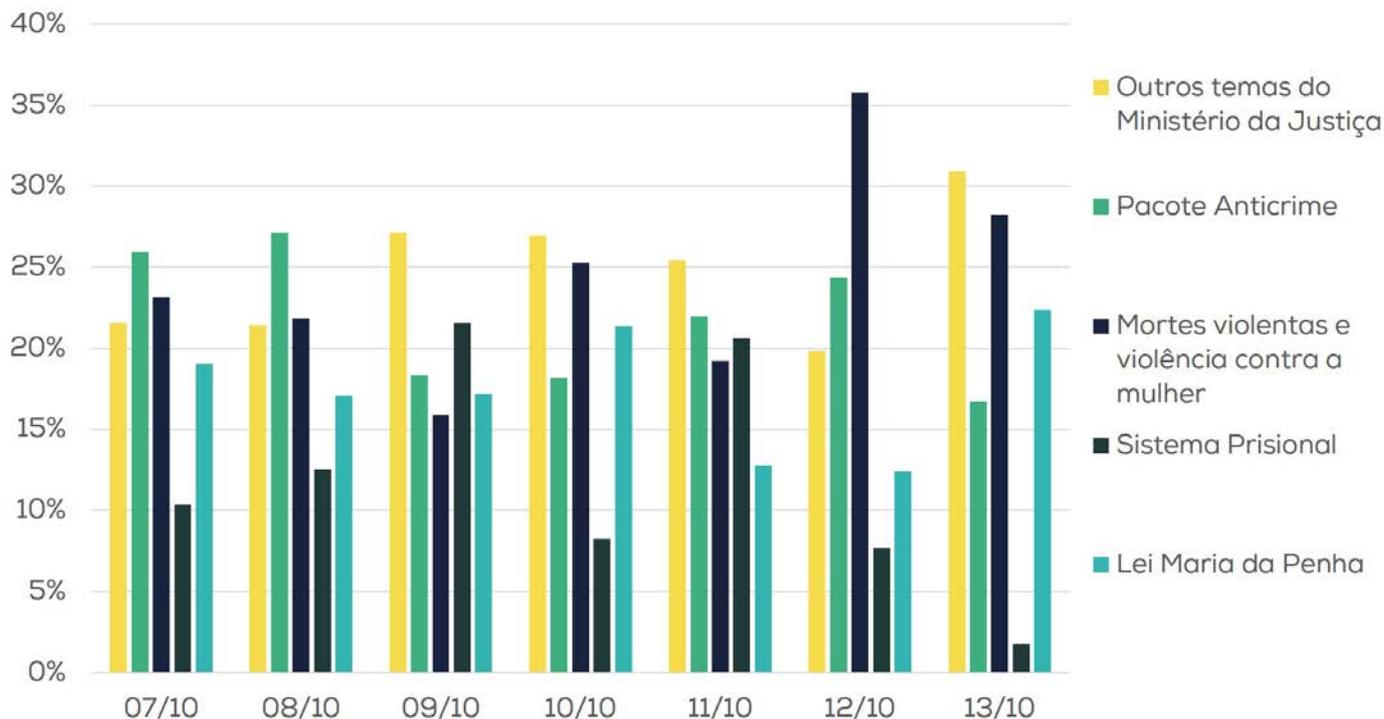


Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados de clipagem, utilizando Strucutral Topic Modelling.

O Pacote “Anticrime” continuou com grande exposição na imprensa, sobretudo porque na quarta-feira (9/10) os ministros do Tribunal de Contas da União confirmaram, por 6 votos a 2, a suspensão da veiculação da campanha publicitária sobre o pacote, entendendo se tratar ainda de um projeto legislativo e não de uma política de governo. Interessante notar que na sexta-feira (11/10), durante um evento junto a investidores, o ministro Moro defendeu que os presos teriam de escolher entre “o porrete ou a cenoura”, referindo-se a medidas do Pacote “Anticrime” que preveem a perda de benefícios, como progressão de regime, a presos vinculados a facções criminosas.

Os demais temas relacionados ao Ministério da Justiça representaram 22% das notícias sobre segurança pública. Entre os assuntos veiculados, está a aprovação, pelo plenário do Senado na quarta-feira (9/10), de um projeto que concede à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas o poder para leiloar bens apreendidos de traficantes antes do término do processo criminal. O texto vai agora à sanção presidencial.

Assuntos na mídia, por dia, entre 07/10 e 13/10



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados de clipagem, utilizando Strucutral Topic Modelling.

A violência contra a mulher continua com bastante espaço na mídia. Porém, nesta semana, além das descrições de casos de feminicídios e agressões, houve a sanção presidencial de modificações na Lei Maria da Penha na quarta-feira (9/10). As alterações preveem a apreensão de arma de fogo de autores de violência doméstica e a garantia de matrícula dos dependentes da mulher vítima em instituição educacional mais próxima do seu domicílio. O presidente Jair Bolsonaro vetou a obrigatoriedade aos profissionais do sistema de saúde que atendem vítimas de violência doméstica de denunciarem à polícia os casos de que tiverem conhecimento. Já existe obrigatoriedade à notificação de casos dentro do próprio sistema de saúde e encaminhamento à rede local de proteção à mulher. Este veto causou bastante polêmica junto a analistas do campo da segurança pública e do sistema de saúde, não havendo consenso sobre a medida.

Apesar de não ter alcançado grande repercussão nacional, é importante comentar o anúncio de greve, na terça-feira (8/10), por grupos da Polícia Militar da Bahia. Apesar de não reconhecida pelo governo e por outros órgãos, há frentes de negociação estabelecidas entre o governo e representantes dos policiais com supervisão do Ministério Público baiano.

<https://backup.forumseguranca.org.br/o-que-foi-noticia/template-1-tema-quente-5yb88-p34xr-6of2i-qt249-38o5h-fho62-roc3n-hcca8-j8qtx>

